



DICIONÁRIO DE BIBLIOTECOMIA E ARQUIVOLOGIA

Resultado de um trabalho metucioso de mais de dez anos, este novo dicionário tem como objectivo definir com clareza os termos mais utilizados pelos profissionais da área da ciência da informação. Segundo os autores, o principal critério de selecção dos termos foi exactamente o seu “uso potencial” por estes profissionais. Não tem, portanto, a pretensão de se constituir como uma obra exaustiva e completa sobre este campo do saber, mas antes recensar os termos mais frequentemente utilizados.

O seu âmbito temático alarga-se ao que podemos considerar áreas intimamente relacionadas com as ciências da informação, a saber: direitos de autor, edição, comércio do livro, artes gráficas, história do livro, bibliografia, comunicação científica, telecomunicações e informática. Destina-se, assim, não só a profissionais das ciências da informação, mas igualmente a todos aqueles se relacionam com a cadeia de produção e disponibilização da informação nas sociedades.

Com mais de 4500 entradas a obra está dividida em duas partes. Na primeira, as entradas encontram-se ordenadas alfabeticamente de A a Z, seguidas, em muitos casos, pelos seus equivalentes em inglês. Entradas directamente na língua inglesa são utilizadas no caso em que não existam versões portuguesas para o termo. Para além de conceitos propriamente ditos são também identificadas organizações, projectos de referência, linguagens de metainformação, protocolos de recolha e transferência, publicações científicas.

Os termos de significado mais polissémico têm um desenvolvimento exaustivo de acordo com a lógica de reunir, no seu radical, todas as variantes do conceito ou as respectivas remissivas para termos autonomamente considerados, o que inclui os casos em que ele pode ser expresso por mais de um vocábulo. Veja-se o exemplo paradigmático da entrada “Informação”, desenvolvida entre as páginas 201 e 204.

O dicionário utiliza dois tipos de remissivas: → para encaminhar o utilizador do termo não autorizado para a entrada com definições (*Ver*); a seta nos dois sentidos: (← →) direcciona o leitor para o termo relacionado (*Ver também*) que poderá clarificar ou ampliar a definição procurada.

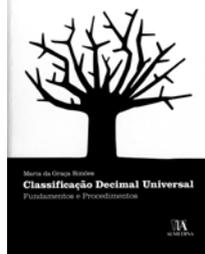
Na segunda parte está incluído o vocabulário inglês-português A-Z, onde estão reunidas as entradas no primeiro idioma, remetendo para o termo preferencial em português.

Os autores recomendam “que a consulta ao termo em inglês seja sempre complementada com a leitura do verbete correspondente na primeira parte do *Dicionário*” (p. viii).

Numa área onde a fixação terminológica e conceptual em língua portuguesa é relativamente reduzida, este dicionário apresenta um importante contributo, mesmo se, como é normal, existam diferenças terminológicas entre as variantes da língua portuguesa. Este aspecto deve ser perspectivado como podendo contribuir para uma aproximação entre profissionais dos dois lados do oceano, mais do que acentuar eventuais diferenças. Um outro aspecto que faz deste dicionário uma ferramenta valiosa é a existência do vocabulário inglês-português, tanto mais importante quanto a produção de informação nestes domínios é claramente monopolizada pela língua inglesa. Este vocabulário permite, assim, o rápido esclarecimento dos conceitos, o que é uma importante ferramenta para interpretar e comunicar mais correctamente com os produtos de informação na língua original.

PAULO LEITÃO

CUNHA, Murilo Bastos da;
CALVACANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira
– *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*.
Brasília: Briquete de Lemos, 2008.
ISBN: 978-85-85637-35-4



CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL: FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS

Numa época em que o estudo de sistemas da classificação tem vindo a perder importância no conteúdo de programas de formação dos profissionais da Ciência da Informação, em Portugal, tendo como consequência a falta de noções essenciais da parte dos recém-diplomados no âmbito da classificação, esta obra surge como uma afirmação de profissionalismo, dando a conhecer aspectos práticos de utilização da CDU, baseados na explicação teórica necessária à sua compreensão.

A autora aponta como um dos motivos para a sua elaboração “entender este sistema de classificação como um dos mais flexíveis dentro da tipologia das linguagens categoriais”, mas não justifica. De facto, seja qual for o objectivo com que o sistema é usado, é possível optar por maior ou menor especificidade e diferentes combinações de conceitos, de forma a que a CDU permita múltiplos acessos, alterações da ordem de citação e grande especificidade, desde que aconselháveis em situações específicas bem determinadas. Teria sido útil esclarecer que se trata de uma linguagem documental vocabular (codificada) e não verbal, pois, quando a autora afirma que esta linguagem “contribui para disciplinar o espírito de quem classifica e de quem pesquisa”, poderia ter acrescentado que estes aspectos são comuns a qualquer linguagem documental, verbal ou codificada.

Como é dito na apresentação, esta obra “vem colmatar uma lacuna em Portugal” e é extremamente útil, não só aos alunos dos cursos de ciências documentais, como aos profissionais que utilizam este sistema de classificação.

Na primeira parte deste livro são apresentados os fundamentos teóricos, na justa medida em que são necessários à compreensão do sistema. Na segunda parte a autora apresenta a estrutura do sistema (classes, auxiliares e notação), bem como o conteúdo das classes e dos auxiliares, com exemplos práticos de aplicação das respectivas regras. A opção

de apresentar os exemplos “em caixa”, integrados nas explicações sobre o uso da respectiva notação, torna clara não só a aplicação das regras, como facilita a consulta do livro no acto de classificar.

Como é sabido, o acto de classificar não é isento de subjectividade. A estrutura que a autora escolheu para a apresentação da teoria, relacionando-a com exemplos práticos, facilita a compreensão e uso do sistema, mas também revela problemas nalgumas soluções. Foi uma decisão corajosa, que implica alguns riscos, em parte, devido às características da tabela usada. A autora afirma ter usado a 3.ª edição abreviada da CDU, tabela de autoridade em língua portuguesa, editada pela Biblioteca Nacional de Portugal, cujos erros se vão reflectir nalguns exemplos apresentados. No entanto, uma vez compreendidas as regras de aplicação, facilmente são detectados esses aspectos que em nada diminuem o interesse desta obra. Acresce que, conforme se pode ler na contracapa, “os exemplos apresentados, devido à extensão das notações, devem ser apenas entendidos como exercícios académicos. Nesta medida, constituem-se como expedientes pedagógicos através dos quais se pretende demonstrar as potencialidades da CDU. Estas potencialidades concorrem para que se considere este sistema multidimensional e, simultaneamente, sintético-integrador. Na prática, o recurso a notações extensas concorrerá, inevitavelmente, para a inoperância de todo o sistema e para o desvirtuar do seu principal objectivo – agrupar o conhecimento de forma sistemática”.

No final, é apresentada uma lista de referências bibliográficas, útil a quem quiser aprofundar o estudo desta linguagem documental.

CRISTINA PRATES

SIMÕES, Maria da Graça
– *Classificação Decimal Universal: fundamentos e procedimentos*.
Coimbra: Almedina, 2007.
ISBN 978-972-40-3570-3



PARA O ESTUDO DO PARADIGMA PATRIMONIALISTA E CUSTODIAL: A INSPECÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS E O CONTRIBUTO DE ANTÓNIO FERRÃO (1887-1965)

A obra *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*, com a qual Fernanda Ribeiro ganhou com todo o mérito a edição de 2006 do Prémio Raul Proença, assume-se como um estudo fundamental para a história do livro em Portugal e, em particular, para a história das bibliotecas e dos arquivos durante a primeira metade e parte do terceiro quartel do século XX.

A obra encontra-se oficialmente dividida em duas partes: a primeira, intitulada *A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos (1887-1965)* e a segunda, *A acção arquivística e bibliotecária de António Ferrão*. Assim expressas, poder-se-ia pensar que a primeira se trata de um estudo institucional sobre a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, entre 1887 e 1965, e que a segunda, com a qual está intrinsecamente ligada, constitui uma biografia de António Ferrão, sucessivamente seu subinspector-geral (1929-1946) e inspector-geral (1946-1965). A primeira e a segunda partes são, porém, bastante mais do que isso, constituindo-se, uma e outra, como uma história das bibliotecas e dos arquivos portugueses, pontuada pela acção da Inspeção, a primeira, e pela acção de António Ferrão, a segunda. Na prática, contudo, junta-se-lhes ainda uma terceira, os *Anexos*, onde se podem encontrar desde a bibliografia de António Ferrão, assinalando-se aquela com interesse para a Biblioteconomia e a Arquivística, até à transcrição de um conjunto seleccionado de ofícios, relatórios e inquéritos inéditos de António Ferrão e de Júlio Dantas.

Ao longo da obra, a autora traça a história da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e dos serviços que superintendia, inserindo-a no contexto nacional e internacional do seu tempo, com especial enfoque nas medidas de política cultural, socorrendo-se quer de fontes primárias – sobretudo legislação –, quer de fontes secundárias. Organiza-se

cronologicamente em três períodos: o final da Monarquia, marcado pela criação da Inspeção, pela sua definição funcional e pelas primeiras medidas para o sector; a Primeira República, marcado pelas reformas descentralizadoras norteadas pelo entusiasmo das grandes convicções ideológicas do regime nascente; e o Estado Novo, marcado pela contenção de meios e pela centralização. Através da sua leitura, vamos assistindo ao desfilhar contextualizado e interpretativo do cortejo de factos e agentes que fizeram a história das bibliotecas e dos arquivos portugueses e a história da própria profissão, de que respigo, sem preocupação de exaustividade: as incorporações maciças quer de documentação de organismos extintos públicos e privados, religiosos e laicos, quer da documentação sem valor administrativo de organismos públicos, e depois disso e perante isso, a opção inevitável pela descentralização, para o que também contribuiu o caso de Braga, em que a população ofereceu resistência à transferência da documentação da diocese e do cabido da Sé, num caso de repercussões nacionais; o surgimento da mítica revista *Anais das Bibliotecas e Arquivos*; o dealbar das Regras de Catalogação e toda a construção de uma tecnicidade profissional, indispensável na concretização do acesso à informação, cuja importância decisiva se desenha a partir daí; o cosmopolitismo e o pioneirismo da acção de figuras como Raul Proença, mas também Júlio Dantas e António Ferrão, nomes de grande ressonância na história da profissão; a importância da formação profissional e a reforma nunca acabada, e que chegou até aos dias de hoje, o que já por si é sintoma de alguma inquietação e de uma consciência profissional crítica, do Curso de Bibliotecário-Arquivista, e o seu alargamento a Coimbra; o surgimento das bibliotecas populares e móveis que chegaram a dispor de uma Inspeção própria. Segue-se o que a autora chama o *torpor do Estado Novo*, resultado da contenção de despesas e de algum centralismo, e que se traduz, mau grado a legislação produzida, numa certa desresponsabilização e num certo abandono a que foram votados bibliotecas e arquivos, bem como os condicionalismos à liberdade de expressão e ao acesso à informação. Apesar disso, há ainda espaço para a institucionalização da cooperação internacional, para a criação do Arquivo Histórico Colonial, que viria a ser depois o Arquivo Histórico Ultramarino, para o surgimento do *Boletim de Bibliografia Portuguesa*, para o incremento do depósito legal, para a grande reforma de 1931, em matéria de organização global das bibliotecas e dos arquivos, bem como de normalização

da descrição técnica, além do impulso dado à criação dos arquivos distritais e de nova reforma do Curso de Bibliotecário-Arquivista no sentido da profissionalização.

Assinale-se, ainda, na segunda parte, a opção metodológica – como a própria autora confessa (p. 179) – de deliberadamente se apagar para deixar falar, no decurso de longas transcrições, António Ferrão, intuindo da relevância e da força do muito que por este é escrito. Pela modernidade e pela acutilância do que escreve, a descoberta do pensamento de António Ferrão foi, para mim, uma das gratas surpresas deste livro. Fernanda Ribeiro recuperou-o para a actualidade, e ainda bem.

É curioso, ainda, para quem se interessa pela história do livro, das bibliotecas e dos arquivos, perceber como muitos dos problemas de ontem são ainda os problemas sistémicos de hoje...

Uma nota para o facto de a apresentação da obra e da autora, na contracapa, ignorar a atribuição do Prémio Raul Proença 2006. Igual omissão tem também o prefácio, da autoria do Professor Norberto Ferreira da Cunha. Essa referência é relegada para a ficha técnica. A importância do prémio – o único existente na área da Biblioteconomia e da Arquivística em Portugal – a juntar ao facto de a autora ser a única profissional portuguesa a consegui-lo duas vezes, a primeira em co-autoria, com a obra *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, premiada com o Prémio 1998 – justificaria outro destaque... Além de, certamente, ajudar à promoção da obra.

Após a leitura deste importante estudo e, em particular, do que foi a história da Inspeção, não podemos deixar de nos questionarmos sobre a utilidade no presente de um órgão com igual enquadramento funcional.

Não existindo ainda uma grande história das bibliotecas e dos arquivos portugueses, esta é, sem dúvida, para o período que aborda, uma obra fundamental. E, numa época em que se assiste a alguma descaracterização da profissão e a uma acelerada alteração do próprio paradigma profissional, é uma obra essencial para conhecer aquilo que fomos, projectando assim aquilo que viremos a ser...

PAULO J. S. BARATA

Fernanda Ribeiro

– *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*.

Lisboa: CETAC (Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação);
Edições Afrontamento, 2008
ISBN: 972-36-0948-6